



Encontro Internacional sobre Gestão
Empresarial e Meio Ambiente

ISSN: 2359-1048
Dezembro 2016

Indicadores de Sustentabilidade Social Condizentes à Perspectiva do Turismo de Base Comunitária

JULIANA ROBERTA DA SILVA
juliana.nuvens@gmail.com

Indicadores de Sustentabilidade Social Condizentes à Perspectiva do Turismo de Base Comunitária

Resumo

A finalidade dessa artigo foi analisar a sustentabilidade social em destino turístico de base comunitária por meio de indicadores de sustentabilidade. O arcabouço teórico consultado foi guiado pela relação conceitual existente entre sustentabilidade social e o turismo de base comunitária, além da necessidade da construção de indicadores sociais de sustentabilidade.

Os principais resultados da pesquisa são: a identificação de 6 categorias de análise: saúde, educação, trabalho, coesão social, protagonismo e valorização da cultura local; e o desenvolvimento de um conjunto de 38 indicadores construídos a partir da literatura sobre indicadores de sustentabilidade para destinos turísticos.

Palavras – chave: Indicadores de Sustentabilidade. Sustentabilidade Social. Turismo de Base Comunitária.

Social Sustainability Indicators Consistent the Perspective of Community-Based Tourism.

Abstract

The goal of this research is to analyze social sustainability in community-based tourist destinations by means of sustainability indicators. The consulted theoretical framework was guided by the conceptual relationship existing between social sustainability and community-based tourism and also by the need to establish social sustainability indicators.

The main results of the research are the identification of 6 categories for analysis: health, education, work, social cohesion, social leadership and appreciation of local culture; and the development of an assemble of 38 indicators based on the existing literature about sustainability indicators for tourist destination.

Keywords: Sustainability Indicators. Social Sustainability. Community-based Tourism.

1. Introdução

A atividade turística mal planejada e desorganizada é responsável por desencadear vários problemas como: emprego de mão de obra infantil, perdas de tradições, alto encarecimento dos serviços para o turista, dentre outros (RUSCHMANN, 2000). Para essa atividade ser considerada como indutora de desenvolvimento, é necessário que o turismo seja observado como um fenômeno social e não meramente uma solução para a balança de pagamentos ou para prosperidade dos negócios (MACEDO et al., 2011), e é com essa perspectiva que desponta como alternativa ao turismo convencional, “o Turismo de Base Comunitária (TBC)”, priorizando a conservação de modos de vidas tradicionais e a preservação da biodiversidade, focado nas pequenas comunidades com desvantagens socioeconômicas” (ZAMIGNAN, 2012).

Portanto, considerando-se que existem preocupações econômicas, sociais e ambientais inerentes ao TBC, percebe-se uma aproximação dos princípios deste turismo com as dimensões da sustentabilidade. O fator humano é ressaltado por Foladori (2002), quando o autor destaca a importância da participação social no processo de construção do Desenvolvimento Sustentável (DS), pois, para o autor, as dimensões econômica e ambiental são reflexos da dimensão social.

Logo, este trabalho se propõe a apresentar um modelo de indicadores de sustentabilidade social voltado para destinos turísticos de base comunitária.

2. Revisão bibliográfica

2.1 Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade social

A busca por um modelo de desenvolvimento que não comprometa as condições de vida atuais e futuras não corresponde a uma preocupação circunscrita a órgãos ambientais. O tema é debatido desde a educação básica até o contexto empresarial (COSTA e STEINKE, 2013), perpassando por universidades, associações de classe, ONGs e o governo, em suas diferentes esferas. Porém, essa preocupação precisa ultrapassar o debate conceitual e ser incorporada a mudanças no padrão de comportamento e consumo diário (SACHS, 2000).

De acordo com Sachs (2008), as dimensões da sustentabilidade, social, econômica e ambiental, são medidas e critérios que podem ser interpretados como ponto de referência para a direção desejada dos processos e não um estado final, uma vez que não se trata de uma dicotomia entre a sustentabilidade e a falta dela. Por isso, o autor acredita que a melhor forma de compreender e avaliar tal dinâmica é a partir da avaliação da sustentabilidade parcial.

Entre as décadas de 1970 e 1990, o discurso da sustentabilidade social esteve pautado na redução da pobreza e na contenção do crescimento populacional (SACHS, 2008). A dimensão social, conforme é abordada no Relatório Brundtland, está focada em questões de

saúde pública, má distribuição de renda e a necessidade de redução da pobreza no mundo (AXELSSON et al., 2013).

No entanto, a partir da década de 1990, essa discussão também passa a englobar fatores como a melhoria da qualidade de vida, democracia, direitos humanos, bem como as relações sociais de produção (FOLADORI, 2002). A ECO- 92, realizada no Rio de Janeiro, no ano de 1992, introduziu uma nova perspectiva da sustentabilidade social, incluindo questões de bem-estar, segurança, vida saudável, acesso à educação, oportunidades de aprender, identidade, pertencimento do lugar e participação pública (AXELSSON et al., 2013).

Diante do exposto, percebe-se que para atingir a sustentabilidade social é necessário rever os valores e os padrões de vida das sociedades, bem como o trabalho conjunto do governo, ONG's, universidades e sociedade em geral. Entretanto, é destacado por Foladori (2005) que as sociedades vivenciam avanços parciais na sustentabilidade ecológica e retrocessos na sustentabilidade social, com o aumento da miséria e fome no mundo. Para Silva (2007), uma das principais dificuldades para atingir sustentabilidade social incide na divisão e distribuição de recursos entre a sociedade.

2.2 Turismo de base comunitária

Paralelo ao desenvolvimento do turismo convencional, pequenas comunidades propõem um turismo diferenciado (CORIOLANO, 2006), em que interpretam o turista não apenas como um cliente que procura descanso e conforto em ambiente agradável, mas o percebem como um indivíduo que possui interesse em aprender sobre a cultura local e de partilhar experiências de vida (GRIMM; SAMPAIO, 2011). Segundo Bursztyn, Bartholo e Delamaro (2009), o requer menor densidade de infraestrutura e serviços. É preferível que estes sejam bem organizados, fornecendo qualidade, conforto e segurança, porém de maneira simples, demonstrando a identidade local.

Sampaio (2005) apregoa que o se baseia na relação dialética entre o turista e a comunidade receptora e não na sobreposição da comunidade ao turista. Ambos são considerados agentes de ação socioeconômico-ambiental, os quais devem pensar no novo modelo de desenvolvimento, regulando padrões de consumo e estilos de vida, como também a oferta de bens e serviços e seus impactos ambientais.

Na visão de Irving (2009), o só efetivamente ocorre quando os sujeitos das comunidades locais são protagonistas e não objetos do processo em curso. O turismo comunitário corresponde àquele cujas comunidades, de forma associativa, constituem-se com a finalidade de possuir o controle efetivo das terras e das atividades econômicas associadas à exploração do turismo e a valorização da cultura, tradições e hábitos locais (CORIOLANO, 2006).

De acordo com Sampaio e Zamignan (2012), o pode ser interpretado como um projeto de desenvolvimento territorial sistêmico desenvolvido por meio da própria comunidade. O oportuniza as comunidades locais a conservação de modos de vida tradicionais, denominados como sistemas sociais (ZAMIGNAN; SAMPAIO, 2010).

De acordo com Middleton e Hawkins (1998), a sustentabilidade no turismo corresponde mais a uma aspiração do que propriamente um objetivo mensurável. Dessa forma, para que a sustentabilidade social não represente apenas um conceito, trabalhado

somente no arcabouço teórico, o presente estudo visa propor um conjunto de indicadores capaz de avaliar a sustentabilidade social nos destinos turísticos de base comunitária.

O é apresentado como uma proposta fortemente associada ao turismo sustentável e ao desenvolvimento local. No entanto, acredita-se que essa discussão esteja mais apoiada em bases ideológicas (campo etéreo) e menos associada a evidências empíricas (realidade). Nesta perspectiva, é necessário promover um debate menos entusiasmado e mais criterioso em torno do turismo comunitário, instituindo parâmetros, sistematizando experiências e reconhecendo o alcance e os limites dessa proposta (FABRINO, 2013, p.14).

Diante da necessidade de avaliar empiricamente quais os ganhos do TBC, de acordo com as dimensões da sustentabilidade, a seção seguinte deste trabalho apresenta a discussão sobre indicadores de sustentabilidade.

2.3 Indicadores de sustentabilidade

Embora existam várias ferramentas para avaliação da sustentabilidade, aquelas baseadas em índices e indicadores são comumente as mais utilizadas (CORDEIRO, 2008). Para Silva (2007), tem se tornado eminente a utilização de indicadores para diagnóstico de uma realidade, uma vez que as desigualdades se materializam na distribuição dos recursos sociais, ambientais e econômicos.

Bellen (2006) afirma que o objetivo dos indicadores é agregar e quantificar as informações de modo que sua significância se torne mais perceptível, e também são capazes de simplificar as informações sobre fenômenos complexos, facilitando, assim, seu entendimento e a comunicação. No que se refere aos indicadores de sustentabilidade, Falcão (2010) afirma que são ferramentas-chave para as tomadas de decisão dos diversos atores (gestores, políticos, membros da comunidade), que por sua vez, precisam se situar no processo de DS.

Quanto ao aspecto metodológico dos indicadores utilizados para a análise da sustentabilidade, esses podem ser tanto de natureza qualitativa como quantitativa (BELLEN, 2006; HANAI, 2009). Bellen (2006) demonstra-se mais adepto a trabalhar com indicadores qualitativos, afirmando que os quantitativos não são capazes de demonstrar a real situação da sustentabilidade. Já Hanai (2009) orienta para uma combinação entre as metodologias qualitativa e quantitativa, afirmando ser mais enriquecedor para a construção dos indicadores.

Essa ferramenta que permite a obtenção de informações sobre dada realidade (MITCHELL, 1996). De acordo com Sepúlveda (2005, p. 236) “os indicadores apresentam um modelo empírico da realidade, não a própria realidade”, mas devem ser coerentes com esta a partir de uma metodologia.

Nesse contexto, Cordeiro e Partidário (2010) defendem a utilização de mecanismos que sejam capazes de avaliar efetivamente a sustentabilidade no turismo, bem como essa migre da teoria para a prática: “Os indicadores não servem apenas para informar sobre a situação do processo de desenvolvimento do turismo, mas também permitem verificar se os objetivos da sustentabilidade (quaisquer que sejam) estão sendo atingidos”. (HANAI, 2009, p. 177).

Na sequência será apresentada a metodologia desenvolvida para o construção do conjunto de indicadores de sustentabilidade social condizentes com o TBC.

3. Metodologia

De acordo com os métodos empregados, esta pesquisa classifica-se como bibliográfica e estudo de caso. A pesquisa bibliográfica, para Martins e Theóphilo (2009), trata-se de uma estratégia de investigação necessária para a condução de qualquer pesquisa científica, pois procura explicar e discutir o assunto com base em referências publicadas.

Para Gil (2010, p.30), “a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”. Inicialmente, buscou-se na revisão de literatura um estudo das temáticas da sustentabilidade social e do TBC; a partir de então foram definidas categorias de análise que podem contribuir para o desenvolvimento do referido trabalho.

Diante do estudo da sustentabilidade social foi possível identificar as categorias de análise: saúde, educação e trabalho, visto que esses aspectos correspondem a alguns dos direitos sociais os quais permitem serem estudados por meio de indicadores de sustentabilidade. Além disso, as categorias - saúde, educação e trabalho - são generalistas, e podem ser aplicadas a qualquer medição da sustentabilidade, independente do tipo de atividade e suas implicações, uma vez que ela é condição *sine qua non* para se medir a sustentabilidade social.

Por outro lado, a coesão social, o protagonismo e a valorização da cultura local correspondem a fatores sociais fortemente presentes nas publicações sobre TBC. Tais fatores constituem as categorias de análise pertinentes ao contexto social do e serão estudadas por meio de indicadores de sustentabilidade. Dando continuidade, o estudo da literatura sobre indicadores de sustentabilidade para o turismo, possibilitou a identificação de indicadores que permitissem investigar e avaliar cada uma das categorias escolhidas.

4. Análise dos resultados

4.1 Categoria de análise – Saúde

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS,1946), o conceito de saúde corresponde à ausência de doença, além da sensação de perfeito bem-estar físico, mental e social. Corresponde a uma das necessidades básicas fundamentais para o desenvolvimento humano. A saúde, para Martins e Cândido (2008), permite ser estudada, por meio dos indicadores: esperança de vida ao nascer, mortalidade infantil, desnutrição, imunização contra doenças infantis, oferta aos serviços básicos de saúde.

A fim de complementar os indicadores propostos por Martins e Cândido (2008), busca-se também investigar a realização de campanhas preventivas, uma vez sendo preconizada, pela OMS, a prevenção contra o câncer, as doenças sexualmente transmissíveis, entre outras.

Referente ao indicador esperança de vida ao nascer, tem-se como objetivo verificar o número médio de anos de vida que se espera de um recém-nascido (MARTINS; CÂNDIDO, 2008). No Brasil, em 2008, a esperança média de vida ao nascer alcançou 73 (setenta e três) anos de idade, pois houve um incremento de seis anos na vida média do brasileiro entre 1992 e 2008, em razão da melhoria nas condições gerais de vida e de saúde da população IBGE (2010).

Para Martins e Cândido (2008), a mortalidade infantil é considerada um indicador importante das condições de vida e de saúde de uma localidade. Tal índice é calculado pela razão entre o número de crianças nascidas vivas e o número de óbitos de crianças menores de um ano de idade no determinado ano, utilizando-se a base de 1.000 nascimentos (IBGE, 2010).

Em paralelo, o indicador prevalência da desnutrição total normalmente está relacionado às precárias condições de vida e assistência à mulher e às crianças (MARTINS; CÂNDIDO, 2008). De acordo com o IBGE (2010), tal indicador informa o estado nutricional da população infantil na faixa etária de até dois anos de idade. Martins e Cândido (2008), após a análise do caderno de informações de saúde (DATA SUS, 2006), constataram que esse indicador também expressa as desigualdades regionais, uma vez que apresentam índices insatisfatórios, sobretudo na Região Nordeste.

Outro indicador básico das condições de saúde corresponde à imunização contra doenças infecciosas infantis, sendo conferido a esse indicador um alto grau de importância pelo poder público aos serviços de medicina preventiva (MARTINS; CÂNDIDO, 2008). De fato; como corrobora IBGE (2010, p. 242): Esse indicador expressa a cobertura vacinal das crianças menores de um ano de idade em relação à população total nessa mesma faixa etária em uma determinada localidade e períodos considerados (MARTINS; CÂNDIDO, 2008).

A oferta dos serviços básicos de saúde também é vista como indicador, o qual consiste no acesso da população aos serviços e equipamentos básicos de saúde, sendo expresso por meio da disponibilidade de recursos humanos (empregos na área de saúde) e equipamentos físicos (leitos hospitalares, equipamentos e materiais de consumo hospitalar) para a população local (MARTINS; CÂNDIDO, 2008).

Para o IBGE (2010), o acesso aos serviços de saúde é condição para a conquista e manutenção da qualidade de vida da população. Este indicador é relevante por expressar a oferta de infraestrutura básica de serviços de saúde, e é válido salientar que tal indicador leva em consideração todos os estabelecimentos de saúde, sejam eles públicos ou privados, com ou sem fins lucrativos, em regime ambulatorial ou de internação.

No intuito de complementar os indicadores de saúde propostos por Martins e Cândido (2008), a pesquisa propõe que também deve averiguar se os serviços médicos ofertam à comunidade local a realização de campanhas preventivas, pois o Ministério da Saúde estabelece como obrigatória a realização de campanhas preventivas para doenças *acquired immunodeficiency syndrome* (AIDS) e câncer de colo do útero (Ministério da Saúde, 2011). Esse trabalho também visa investigar sobre a realização de campanhas preventivas como demais doenças sexualmente transmissíveis e diferentes tipos de câncer, além de higiene bucal, aleitamento materno, entre outros. O quadro 01 apresenta a relação de indicadores propostos.

Quadro 01– Categoria de análise saúde.

Autores	Indicador
Martins e Cândido (2008)	Esperança de vida ao nascer; Mortalidade infantil; Prevalência da desnutrição total; Imunização contra doenças infecciosas infantis; Oferta aos serviços básicos de saúde.
Silva (2014)	Campanhas preventivas

Fonte: Elaborado pela autora.

4.2 Categoria de análise - Educação

Segundo o IBGE (2010), a educação deve ser uma das prioridades para um país que busque alcançar níveis igualitários de desenvolvimento, além de ser um elemento fundamental para promover o desenvolvimento sustentável, capacitando os cidadãos para lidar com questões diárias que envolvam valores, habilidades e conhecimentos. “A educação estimula uma maior participação na vida política, desenvolve a consciência crítica, permite a geração de novas ideias e confere a capacidade para a continuação do aprendizado” (IBGE, 2010, p. 272).

Diante do exposto, torna-se necessária a definição de indicadores que tenham por característica a análise da presente categoria. Martins e Cândido (2008) utilizaram-se dos indicadores escolarização, alfabetização e escolaridade para análise da dimensão social. No intuito de complementar a pesquisa, também serão utilizados os indicadores: bibliotecas, ginásio de esportes, instituições de ensino superior (IES), museus, teatros, cinemas e centros culturais, também propostos por Martins e Cândido (2008).

Inicialmente, busca-se analisar o indicador escolarização. O acesso à escola permite aos indivíduos, a partir da infância, a sociabilidade no âmbito escolar, a noção de crescimento individual e coletivo, a valorização do conhecimento formal (escolar) e o contato com valores sociais (IBGE, 2010).

Outro indicador a ser considerado corresponde à alfabetização, pois para Martins e Cândido (2008), esse indica o percentual da população adulta que é capaz de ler e escrever. De acordo com o IBGE (2010), nos anos 90, o governo e a sociedade civil promoveram a universalização do ensino fundamental, tal ação contribuiu para aumento da alfabetização da população brasileira. Portanto, observou-se que entre 1992 e 2006 houve aumento na taxa de alfabetização, tendo alcançado 89,6%.

Referente ao indicador escolaridade, esse representa a quantidade média de anos de estudo de uma determinada população. Para Martins e Cândido (2008), no cenário ideal, as pessoas de 25 anos ou mais de idade deveriam ter no mínimo 11 anos de estudo, o equivalente ao ensino médio completo. No entanto, a análise feita pelo IBGE (2010) sobre a escolaridade no Brasil, no período de 1992 a 2008, revela médias inferiores a 8 anos de estudo, ou seja, período inferior a conclusão do ensino fundamental.

A fim de aprimorar a análise feita sobre a categoria educação, destaca-se a necessidade de observar a existência, ou não, de bibliotecas, assim como suas condições. Para Martins e Cândido (2008, p.249), “o contato com livros possibilita o acesso a diferentes tipos de informações e conhecimentos, recursos importantes para a formação profissional e pessoal de todo cidadão”. Ainda para os autores, a quantidade de bibliotecas em uma localidade apresenta uma relação positiva com o DS, devido à possibilidade de acesso às informações.

Nesse contexto, também buscou-se analisar o indicador de ginásio de esportes (MARTINS; CÂNDIDO, 2008). A existência de ginásio de esportes representa para a

localidade um espaço de integração e vivência social por meio da prática de esportes, competições esportivas e eventos sociais.

Do mesmo modo, o IBGE (2010) considera pertinente verificar a existência de museus, teatros, cinemas e centros culturais em uma determinada localidade, visto que esses ambientes representam uma possibilidade de inserção social e, ferramenta didática, pois as atividades culturais estarão acessíveis à população em geral.

Por fim, o acesso da população ao ensino superior é uma das formas mais eficientes de inserção social por proporcionar ao cidadão melhores condições vida (IBGE, 2010). Nessa perspectiva, Martins e Cândido (2008) assumem que a existência de IES apresenta uma relação positiva com o DS. Assim sendo, buscou-se analisar a existência de IES e as áreas de conhecimento dos cursos ofertados por essas instituições. Em sequência é apresentado a relação de indicadores sugeridos nesta categoria.

Quadro 02– Categoria de análise educação.

Autores	Indicador
Martins e Cândido (2008)	Escolarização; Alfabetização; Escolaridade; Bibliotecas; Ginásio de esportes; Instituições de ensino superior (IES); Museus, teatros, cinemas e centros culturais.

Fonte: Elaborado pela autora.

4.3 Categoria de análise - Trabalho

De acordo com a OMT (2003), é fundamental que a atividade turística disponha de funcionários qualificados para fornecer serviços e operar as instalações, do contrário o turismo não será sustentável nesse destino. Para Hanai (2012), as condições de trabalho, o quantitativo de emprego e o nível de qualificação dos funcionários correspondem aos indicadores de sustentabilidade presentes na dimensão social. O referido autor destaca a importância de “identificar a evolução de empregos de turismo em suas distintas concepções” (HANAI, 2009, p. 375). Logo, o Trabalho corresponde a um direito social e foi escolhido como categoria de análise, conforme as publicações de OMT (2003) e Hanai (2009).

O indicador empregos no turismo possui como objetivo verificar o percentual de pessoas empregadas no setor turístico. Os estudos de Hanai (2009) e Pedron et al. (2004) constataram que embora o turismo rural não tenha como característica principal a geração de empregos, ele é capaz de gerar novas funções e ocupações, proporcionando às famílias empreendedoras um bem-estar perceptível, vinculado a melhores condições financeiras e a uma maior inserção social, além de trazer benefícios concretos para a comunidade como um todo.

Em paralelo, Hanai (2009) também propôs o indicador empregados no turismo de origem e procedência local, cujo objetivo consiste em investigar o percentual de empregados oriundos da localidade. É ressaltado por Coriolano (2006, p.202) que o “prioriza a geração de trabalho para os residentes nas comunidades, os pequenos empreendimentos locais, a dinamização do capital local, a garantia da participação de todos.

A literatura consultada sobre o não aponta investigações sobre as relações de trabalho sobre a ótica da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Nesse caso, os estudos de Hanai

(2009), observa-se a necessidade de verificar o cumprimento da legislação trabalhista nos postos de empregos gerados pelo turismo. Portanto, esse indicador também será investigado nesta pesquisa.

De acordo com o MTur (2013), o setor turístico foi responsável pela geração de quase três milhões de empregos diretos entre os anos de 2003 e 2012, o que demonstra a força da atividade. Destaca-se, que embora não se tenham valores absolutos, o quantitativo de empregos informais existentes no turismo seja superior aos empregos formalizados (MTur, 2007).

Diante desse cenário, aprofunda-se a investigação analisando os indicadores: acidentes de trabalho e menores de 18 anos de idade empregados do turismo (HANAI, 2009). Destaca-se que a literatura estudada sobre não apresenta muitas informações sobre os indicadores citados, o que corrobora a necessidade dos mesmos serem investigados. O indicador acidentes de trabalho possui como objetivo verificar a ocorrência de acidentes de trabalho nos empreendimentos turísticos de base comunitária. Já o indicador empregados menores de 18 anos de idade tem como objetivo identificar a existência de funcionários menores de 18 anos de idade nos empreendimentos turísticos de base comunitária.

De acordo com Julião et al. (2009), os profissionais do setor turístico que não são assegurados pela CLT, ou seja, não possuem vínculo empregatício formalizado, alegam como uma das principais desvantagens o fato de, em períodos de baixa temporada, terem seus rendimentos diminuídos ou até mesmo ficarem sem emprego.

No entanto, é válido salientar que a taxa de desemprego no turismo não está circunscrita apenas aos empregos informais, abrangendo também os empregados que possuem registro profissional na carteira de trabalho. Os estudos de Hanai (2009) e OMT (2003) apresentam o indicador taxa de desemprego na baixa temporada,

Todavia, buscou-se avaliar o nível de qualificação profissional daqueles que trabalham nos empreendimentos turísticos de base comunitária, assim como a existência de programas de qualificação profissional.

O indicador empregados com qualificação profissional (HANAI, 2009) possui como objetivo verificar o percentual de funcionários nos empreendimentos turísticos de base comunitária e qual a qualificação profissional para realização da atividade exercida.

Em paralelo, investiga-se sobre a realização de cursos de qualificação profissional, pois de acordo com a OMT (2003), a ausência destes pode influenciar a qualidade dos serviços prestados, por consequência a sustentabilidade da atividade. Diante do exposto, o indicador programas de qualificação profissional possui como objetivo verificar a existência de cursos e/ou programas de qualificação profissional nas áreas relacionadas ao turismo. Os indicadores apresentados para esta categoria estão presentes no quadro 03.

Quadro 03– Categoria de análise trabalho.

Autores	Indicador
OMT (2005) e Hanai (2009)	Empregos no turismo; Empregados no turismo de origem e procedência local; Cumprimento da legislação trabalhista; Acidentes de trabalho; Empregados menores de idade; Taxa de desemprego na baixa temporada; Empregados com qualificação profissional; Programas de qualificação profissional.

Fonte: Elaborado pela autora.

4.4 Categoria de análise – Coesão Social

A literatura sobre interpreta a comunidade local como um elemento integrado, que almeja os mesmos interesses, onde as oportunidades são partilhadas igualmente e todos são responsáveis pelo planejamento e gestão do turismo (FABRINO, 2013). De acordo com Coriolano e Sampaio (2012), no turismo comunitário, os moradores locais possuem o controle produtivo da atividade e se preocupam com o envolvimento participativo para o avanço da gestão integrada e o desenvolvimento de projetos que proporcionem melhores condições de vida local. Assim, a coesão social foi escolhida como categoria de análise.

Para Murphy (2012), tal coesão é capaz de promover não só a harmonia entre os diferentes grupos sociais, mas também reduzir a desigualdade nas oportunidades de vida e garantir o acesso local aos principais serviços básicos.

O indicador redes comunitárias tem como objetivo verificar a formação e o fortalecimento de redes comunitárias no TBC. Para Coriolano e Sampaio (2012), as redes comunitárias buscam fomentar oportunidades de negócios, tendo em vista a melhoria das condições de vida e trabalho da comunidade.

Outro indicador a ser analisado refere-se à redução de conflitos na região. De acordo com Murphy (2012), a coesão social possui como característica a redução de conflitos na localidade. A literatura sobre não menciona incidência de conflitos entre os membros da comunidade, ou da comunidade local com os turistas; pelo contrário, a harmonia, a integração e o compartilhamento são características desse novo eixo do turismo (GUZZATTI et al., 2013).

Além disso, busca-se analisar se o vivenciado na localidade é capaz de promover a solidariedade entre os membros da comunidade. De acordo com Murphy (2012), a promoção da solidariedade fortalece as relações nas redes comunitárias, assim como contribuem para a redução de conflitos e disputas locais.

Nesta categoria, o último indicador a ser investigado refere-se à cooperação para atingir um objetivo comum. Tal indicador busca analisar o nível de, como o próprio termo já diz, cooperação e convívio da população local para a resolução de objetivos comuns. Para Coriolano e Sampaio (2012), as comunidades envolvidas com o utilizam-se de experiências de participação associativa - como cooperativismo, associações e líderes comunitários - para a consecução de objetivos comuns. O quadro 04 apresenta os indicadores mencionados para a referida categoria.

Quadro 04– Categoria de análise coesão social.

Autores	Indicador
Martins e Cândido (2008)	Redes comunitárias; Redução de conflitos; Promoção da solidariedade; Cooperação para atingir um objetivo comum.

Fonte: Elaborado pela autora.

4.5 Categoria de análise - Protagonismo

O protagonismo é uma das principais características das comunidades locais responsáveis por implementar o TBC, afirmam Burzytyn et al. (2009). Para os referidos autores o protagonismo é um elemento fundamental para a implementação e desenvolvimento desse novo eixo do turismo, o TBC, visando melhores condições de vida. O turismo comunitário é protagonizado pelas comunidades locais como uma estratégia de organização social e produtiva (SAMPAIO, 2005)

O indicador organização interna, proposto por Fabrino (2013), possui como objetivo identificar e qualificar as formas de organização interna, no que diz respeito às regras e aos procedimentos existentes, ou não, na comunidade que promovam o turismo comunitário. Para autora, a existência de modelos de organização interna, formalização e frentes de atuação, permitem à comunidade local uma maior estruturação e cooperação para consecução de objetivos (FABRINO, 2013).

De acordo com Sansolo (2009), existem duas formas de gestão do turismo uma delas está centrada no Estado e a outra na sociedade civil organizada. Ainda para o autor, por meio da organização comunitária e do fortalecimento das associações de moradores podem surgir alternativas para uma gestão mais equilibrada do turismo.

No que se refere ao indicador articulação externa, esse tem por objetivo verificar a existência de apoio externo técnico e financeiro voltados para o desenvolvimento do turismo comunitário (FABRINO, 2013). As experiências de são, normalmente, apoiadas por instituições de ensino e ONGs. A iniciativa governamental também tem incentivado e apoiado às experiências de TBC, embora que de maneira tímida (BURSZTYN et al., 2009).

Além disso, Fabrino (2013) sugere o indicador acordos comunitários, buscando verificar a existência de pactos que contribuam para a repartição dos benefícios e oportunidades advindos da atividade turística local. O objetivo deste indicador é analisar se toda a comunidade, ou a maior parte dela, consegue se beneficiar das ações relacionadas ao TBC. De acordo com Coriolano (2006, p. 202), “o assegura a participação das pessoas da comunidade com o planejamento descentralizado e associativo”.

Por último, a fim de complementar a investigação sobre o protagonismo, utiliza-se do indicador proposto por Hanai (2009) referente à participação no processo decisório, que tem como objetivo verificar a participação dos indivíduos e dos grupos sociais que participam do processo de tomada de decisão. Coriolano (2006) afirma que no os membros da comunidade local participam ativamente do processo de tomada de decisão. O quadro 05 apresenta a relação de indicadores propostos.

Quadro 05– Categoria de análise educação.

Autores	Indicador
Hanai (2009) e Fabrino (2013)	Organização interna; Articulação externa; Acordos Comunitários; Participação no processo decisório.

Fonte: Elaborado pela autora.

4.6 Categoria de análise - Valorização da cultura local

Outra característica muito marcante refere-se à preservação da cultura nas localidades onde acontece esse eixo do turismo. Para Garcia et al. (2013, p. 149), “a culinária típica, arquitetura colonial, festas folclóricas, paisagens únicas, tradições e artesanato baseado em produtos locais são algumas das características com potencial para impulsionar o turismo de base comunitária”. Nesse contexto, a valorização da cultura local foi escolhida como categoria de análise.

Portanto, inicialmente pretende-se estudar o indicador integração do artesanato local, cujo objetivo é verificar a integração do artesanato local com a atividade turística no que se refere a sua utilização, promoção e comercialização (HANAI, 2009).

Dando continuidade, o indicador valorização dos pratos típicos possui como objetivo identificar a valorização da culinária local a partir da oferta gastronômica na região (HANAI, 2009). Para Zuñiga et al. (2012), o está intimamente relacionado com a tradição local da culinária e as formas de produção e processamento dos alimentos.

No deve-se investigar sobre a existência de bens patrimoniais, este indicador proposto por Hanai (2009), que busca identificar a existência e o estado de conservação dos bens patrimoniais na localidade. Outro indicador a ser analisado, proposto pelo menos autor, refere-se aos eventos e festividades tradicionais, cujo objetivo é verificar realização e a promoção de eventos e festividades tradicionais locais como manifestações típicas. Para Garcia (2013), as festividades tradicionais representam um importante elemento na construção de identidades, tradições e práticas culturais.

Além dos indicadores já citados, que demonstram a valorização da cultura local, é importante investigar se a população conhece e valoriza a sua cultura. Nesse contexto, utiliza-se o indicador conhecimento da população sobre sua cultura, a fim de verificar o nível de conhecimento dos membros da população local sobre sua cultura (HANAI, 2009).

Na intenção de complementar a análise sobre a valorização da cultura local, Hanai (2009) sugere o indicador fomento à cultura tendo como objetivo verificar a existência de entidades e instituições responsáveis por promover a cultura local. Desse modo, busca-se averiguar a existências de instituições ou grupos comunitários que promovam a cultura local. Conforme já foi mencionado, o é uma iniciativa apoiada por diversas instituições (BURZSTYN, 2012); porém existem poucas informações, na literatura pesquisada, sobre a existência de organizações que promovam a cultura.

Em contrapartida, Fabrino (2013) se propõe a investigar a valorização da cultura local a partir da relação do turista com a comunidade local. Para a autora, “o parte do princípio de uma relação horizontal entre quem recebe e quem visita, sendo o diálogo, a troca e o compartilhamento de vivências a base desse encontro” (FABRINO, 2013, p.24).

A fim de se investigar sobre o intercâmbio cultural promovido pelas experiências de TBC, a partir da troca de referências e experiências entre os visitantes e a comunidade local, a autora propõe os indicadores compartilhamento do espaço e participação cultural.

O indicador compartilhamento do espaço possui como objetivo verificar se o visitante e a comunidade dividem o mesmo lugar e se este representa um espaço de encontro e convívio (FABRINO, 2013). Para Sampaio e Zamignan (2012), o intuito das vivências comunitárias oferecidas por esse novo eixo do turismo é do compartilhar experiências.

Já o indicador participação cultural tem como objetivo averiguar se a comunidade local interage com o turista a fim de inteiralo sobre os hábitos e a cultura da localidade. Para Sansolo e Bursztyn (2012), comunidades abrem suas portas com intuito de compartilhar um pouco de sua cultura; já os turistas possuem o interesse em conhecer e vivenciar uma realidade diferente da sua origem.

Por último, o indicador mudanças de hábito, proposto do Hanai (2009), cujo objetivo é verificar se a comunidade local apresenta mudanças no vestuário, linguagem ou hábitos tradicionais, proveniente de sua interação com os turistas. Considera-se pertinente a utilização desse indicador, uma vez que é ressaltada na literatura de a troca de experiências entre o turista e a comunidade local; no entanto, a literatura pesquisada não aborda o impacto cultural provocado por essa interação. Os indicadores discutidos nesta categoria são apresentados no quadro 06.

Quadro 06– Categoria de análise valorização da cultura local.

Autores	Indicador
Hanai (2009) e Fabrino (2013)	Interação do artesanato local; Valorização dos pratos típicos; Bens patrimoniais; Eventos e festividades tradicionais; Conhecimento da população sobre sua cultura; Fomento à cultura; Participação cultural; Compartilhamento do espaço; Mudanças de hábitos.

Fonte: Elaborado pela autora.

5. Considerações finais

Sabe-se que o se utiliza de pressupostos divergentes do turismo convencional; no entanto, uma análise fundamentada em conceitos não é o suficiente para considere-lo sustentável. A partir desta lacuna conceitual foi desenvolvido o presente estudo, no intuito de contribuir para a análise da sustentabilidade social em destinos turísticos de base comunitária.

Inicialmente, foram identificadas categorias de análise: Educação, Saúde e Trabalho, referentes a sustentabilidade social e Coesão Social, Protagonismo e Valorização da Cultura Local, a partir do TBC. Essas categorias possibilitaram uma melhor organização dos indicadores estudados. Para o alcance de tal objetivo, foi construído um conjunto de 38 indicadores de sustentabilidade social a partir das publicações: OMT (2003), Hannai (2009), Cordeiro (2008), Martins e Cândido (2007) e Fabrino (2013). No intuito de complementar a investigação da categoria de análise Saúde, esta pesquisa propôs, até então, exclusivamente o indicador campanhas preventivas.

Estudos futuros podem ser originados a partir da aplicação desse conjunto de indicadores, ou a partir da inclusão de novas categorias de análise ou novos indicadores que complemente o referido conjunto.

Referências

AXELSSON, R.; ANGELSTAM, P.; DEGERMAN, E.; TEITELBAUM, S.; ANDERSSON, K.; ELBAKIDZE, M.; Drotz, M. K. Social and cultural sustainability: Criteria, indicators,

verifier variables for measurement and maps for visualization to support planning. **Ambio**, v. 42, n. 2, p. 215-228, 2013.

BELLEN, H. M. V. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa**. 2ª edição. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BURSZTYN, I.; BARTHOLO, R.; DELAMARO, M. Turismo para quem? Sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil. In: BARTHOLO, R., SANSOLO, D.G, BURSZTYN, I. (Orgs.) **Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, p. 76-91, 2009.

CORDEIRO, I. D. **Instrumentos de avaliação da sustentabilidade do turismo: uma análise crítica**. Dissertação de Mestrado. Universidade de Lisboa, Lisboa, 2008.

CORDEIRO, I.; LEITE, N. K.; , PARTIDARIO, M. R. Instrumentos de Avaliação de Sustentabilidade de Destinos Turísticos: Uma Revisão de Literatura. **Caderno Virtual de Turismo** (UFRJ), v. 10, p. 49-64, 2010

CORIOLOANO, L.N.M.T. O Turismo Comunitário: Índícios de Mudanças. In: CORIOLOANO, L.N.M.T (Org.). **O turismo nos discursos, nas políticas e no controle à pobreza**. São Paulo: Annablume, p. 97-21, 2006.

CORIOLOANO, L.N.M.T.; SAMPAIO, C. A. C. Territórios Solidários Latino- Americanos e Turismo Comunitário no Rebatimento a Megaempreendimentos Transnacionais. In: CORIOLOANO, L.N.M.T, VASCONCELOS, F.P. (Orgs.) **Turismo Territórios e Conflitos Imobiliários**. Fortaleza: EdUECE, 2012. p. 27 – 41.

COSTA, E. B.; STEINKE, V. A. Riscos ao Patrimônio Mundial Motor de Desenvolvimento: Designios à Cultura E à Natureza. **Revista do Departamento de Geografia-USP**, v. 25, p. 222-252, 2013.

FABRINO, N.H. **Turismo de Base Comunitária: Dos conceitos às práticas e das práticas aos conceitos**. Dissertação (Mestrado) - Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília, Brasília – DF, 2013.

FABRINO, N. H.; C. H. A., N. P. E. Turismo de Base Comunitária (TBC): elementos chaves para aferir seu desempenho na perspectiva da sustentabilidade. **Revista Brasileira de Ecoturismo**. v.5, n 3, 2012.

FALCÃO, M. C. **A sustentabilidade do destino turístico de Fernando de Noronha: uma análise a partir da abordagem do ciclo de vida de áreas turísticas e das dimensões da sustentabilidade**. 2009, 201f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco, 2010.

FOLADORI G. **Sustentabilidad Alternativa**. Uruguay: Colección Carbichui, 2005.

_____. Avanços e limites da sustentabilidade social. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, v. 102, p. 103-113, 2002.

GARCIA, T.S.; FIGUEIRÓ, A.S.; DEGRANDI, S.M. Possibilidades para um turismo de base comunitária na bacia do Rio Camaquã (RS): um diálogo com o desenvolvimento baseado no território. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.6, n.1, 2013, p.139-152.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5ª Edição, São Paulo: Atlas.

GRIMM, I. J. ; SAMPAIO, C. A. C. Turismo de Base Comunitária: convivencialidade e conservação ambiental. **Revista Brasileira de Ciências Ambientais**, São Paulo, p. 57 – 68, 2011.

GUZZATTI, T. C.; SAMPAIO, C. A. C.; CORIOLOANO, L. N. M. Turismo de base comunitária em territórios rurais: caso da associação de agroturismo Acolhida na Colônia (SC). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 6, 2013. p. 93-106.

HANAI, F. Y. Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade do turismo: conceitos, reflexões e perspectivas. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 8, n. 1, 2012.

_____. **Sistemas de Indicadores de Sustentabilidade:** uma aplicação ao contexto de desenvolvimento do turismo na região de Bueno Brandão, estado de Minas Gerais, Brasil. 2009. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental – Escola de Engenharia de São Carlos (EESC) – Universidade de São Paulo (USP), São Carlos – SP, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censos demográficos.** Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 05 de agosto de 2012

IRVING, M. A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível?, In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D.G; BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras.** Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 108- 121.

JULIÃO, D.; CORTÊS, F.; FARIAS, J. M. D. S.; LOHMAN, J.; SILVA, T. C. A influência das leis trabalhistas brasileiras na relação capital/ trabalho dos guias de turismo. **Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo**, Vol. 4, n. 3, 2009.

MACEDO, R. F.; MEDEIROS, V. C. F. A.; AZEVEDO, F.F.; ALVES, M. L. B., Ecoturismo de base comunitária: uma realidade ou uma utopia. **Revista de Turismo y Patrimonio Cultural – PASOS**, v. 9, n. 2, 2011. p. 437-448.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C.R. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas**, 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, M; CÂNDIDO, G. **Índice de desenvolvimento sustentável para municípios (IDSM): metodologia de cálculo e análise do IDSM e a classificação dos níveis de sustentabilidade para espaços geográficos.** João Pessoa: Sebrae, 2008.

MIDDLETON, V.; HAWKINS, R. **Sustainable Tourism.** Oxford: Butterworth-Heinemann, 1998.

MITCHELL, G. Problems and fundamentals of sustainable development indicators. **Sustainable Development**, v. 4, n. 1, 1996, p. 1-11.

MINISTÉRIO DO TURISMO - MTUR. **Plano Nacional do Turismo 2013 – 2016: o turismo fazendo muito mais pelo Brasil.** Brasília 2013. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/plano_nacional_2013.pdf> . Acesso em: 10 de dezembro 2013

_____. **Dinâmica e Diversidade do Turismo de Base Comunitária: desafio para a formulação de política pública.** Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

_____. **Plano Nacional do Turismo 2007-2010: uma viagem de inclusão.** Brasília, 2007.

MURPHY, K. The social pillar of sustainable development: A literature review and framework for policy analysis. **Sustainability: Science, Practice, & Policy**, v. 8, n. 1, p. 15-29, 2012.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO – OMT. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável.** Porto Alegre:Bookman, p. 168, 2003.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE – OMS. **Carta da Organização Mundial de Saúde, 1946.** Disponível em: <<http://www.onuportugal.pt/oms.doc>>. Acesso em: 14 de dezembro de 2003.

PEDRON, F.; KLEIN, A.; ALMEIDA, J.A.; SOUZA, M. **A geração de emprego e renda no turismo rural: uma análise de sete estudos.** Disponível em: <<http://www.ufsm.br/turismorural/artigo.ucs.html/>> Acesso em: 31 de julho de 2004.

RUSCHMANN, D.V.M. O turismo rural e o desenvolvimento sustentável. In: ALMEIDA, J.A.; FROELICH, J.M.; RIEDL, M. **Turismo rural e desenvolvimento sustentável.** Campinas-SP: Papirus, 2000. p. 63-73. (Coleção Turismo).

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

_____. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SAMPAIO, C. A. C.; ZAMIGNAN, G. Estudo da Demanda Turística: Experiência De Turismo Comunitário da Microbacia do Rio Sagrado, Morretes (PR). **Revista Cultura e Turismo**, v.6, n.1, 2012. p.25 – 39.

SAMPAIO, C. A. C.. **Turismo como fenômeno humano**: princípios para se pensar a socioeconomia e sua prática sob a denominação turismo comunitário. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

SANSOLO, D.G. Centralismo e participação na proteção da natureza e desenvolvimento do turismo no Brasil. In: BARTHOLO, R., SANSOLO, D.G, BURSZTYN, I. (Orgs.) **Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, p. 122-141, 2009.

SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. Central da Amazônia Comunitária: por uma proposta de plataforma de serviços de articulação em comunicação em rede. In: VI Encontro Nacional da ANPPAS, 2012, Belém. **Anais ... VI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade**. Belém: NAEA, v. 1. p. 1-17, 2012.

SEPÚLVEDA, et al. **Metodología para estimar el nivel de desarrollo sostenible de los territorios rurales (El Biograma)**. Brasília: IICA, 2005.

SILVA, C. B. P.. Desenvolvimento sustentável: uma abordagem em construção no transporte público. **Revista de Saúde, Meio Ambiente e Sustentabilidade -INTERFACEHS**, v. 2, n. 4, 2007.

ZAMIGNAN, G. , SAMPAIO, C. A. C. . Fortalecimento da conservação de modos de vidas tradicionais e da biodiversidade: a experiência de turismo comunitário da Microbacia do Rio Sagrado, Morretes (PR). In: II Congreso Internacional Ciencias, Tecnologías y Culturas, 2010, Santiago de Chile. **Anais ... II Congreso Internacional Ciencias, Tecnologías y Culturas**, 2010.

ZUÑIGA, C.E.H.; VERA, M.P.; SKEWES, J.C.; SAMPAIO, C.A.C. Culturas originárias e turismo: uma experiência de turismo comunitário no mundo Mapuche, Tralcao, Sul do Chile. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.5, n.1, jan/abr-2012, pp.103-118.